CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 358/71

Aprovado em 20/9/1971

Ratifica a matrícula do aluno Joio Inácio das Neves Gil, no Ginásio Industrial Estadual Professor Basilides Godoy.

PROCESSO : CEE N. 857/71
INTERESSADO: BENEVENUTO LOURENÇO GIL
CÂMARA DE ENSINO DO PRIMEIRO GRAU
RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, REVERENDO

Benevenuto Lourenço Gil, por intermédio da Inspetoria Regional do Ensino Técnico, expõe e requer o seguinte:

Joio Inácio das Neves Gil, depois de concluir o curso primário do Grupo Escolar Professora Luiza Lopes de Oliveira, nesta Capital, em 1970, submeteu-se aos exames de admissão no Ginásio Industrial Estadual Professor Basilides Godoy, e foi aprovado. Posteriormente, matriculou-se na 1º série do referido Ginásio. E somente na data em que faz o seu requerimento, foi informado pela direção do estabelecimento que seu filho João Inácio das Neves Gil, por falta de idade, não poderá continuar a cursar as aulas no corrente ano de 1971.

Apresentadas várias razões que lhe parecem válidas, requer a ratificação da matrícula de seu filho Joio Inácio das Neves Gil, no Ginásio Industrial supracitado.

A pedido do interessado, a diretora do Ginásio Industrial Estadual Professor Basilides Godoy informa o seguinte:

-O exame de admissão do menor Joio Inácio das Neves Gil foi prestado em dezembro de 1970.

-A matrícula do menor em apreço está condicionada à decisão solicitada.

-Enquanto se aguarda o pronunciamento da autoridade competente sobre a matéria, aquela diretoria vem permitindo ao menor João Inácio das Neves Gil a frequência às aulas.

O Inspetor Regional, na informação n, 31/71, observa:

a - A pretensão do interessado não encontra apoio legal nos termos do Artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases.

b - À vista da natureza do problema que, segundo se sabe, terá tratamento diferente, a partir do próximo ano, submete a matéria à consideração superior, reafirmando que até a decisão final vem sendo permitida a frequência das aulas ao aluno.

Em recente parecer sobre caso análogo, no Conselho Federal de Educação (Parecer n. 858/70) a Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz, depois de mencionar numerosos pareceres do Conselho Federal de Educação que fazem a jurisprudência daquele egrégio Colegiado e de se referir ao então anteprojeto de lei que propunha a reforma do Ensino Primário e Médio na qual não mais teria eficácia o Artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases, nem quando preconiza exame de admissão de ingresso à 1ª série ginasial, nem quando estabelece idade para ingressar nessa fase de estudos, deu o seguinte voto que foi adotado pela CEPM e pelo Plenário:

"Somos de parecer que a solicitação do peticionário poderá ser atendida."

A jurisprudência do Conselho Federal de Educação exarada em vários pareceres em casos análogos teve sempre em mira impedir que a criança, o educando, viesse a sofrer as consequências de um erro formal, cuja responsabilidade cabe a outros.

Em extenso parecer em que analisou meticulosamente a matéria (Parecer n. 50/64), o nobre conselheiro Abgar Renaul assinalou muito bem que o objetivo do dispositivo legal é mais amparar, proteger e favorecer a criança no que concerne à sua capacidade para aproveitar o curso, do que estabelecer como condição essencial um limite fixo de idade.

Entretanto, o Parecer n. 37/71 deste nobre Conselho, aprovado em 8 de fevereiro de 1971, alegando a evidente falta de amparo legal, e referindo-se a pareceres anteriores que decidiram sobre pedidos análogos, negou a autorização solicitada para que Oswaldo de Andrade se inscrevesse para fazer os exames de admissão a serem realizados em segunda época, em 1971, visto que não tinha atingido a idade legal.

Os casos, porém, são diferentes. A solicitação de que trata este processo não é autorização para prestar exame de admissão. O interessado já prestou os exames, embora não estivesse para isso em

idade exigida pela lei, foi aprovado e, como medida acauteladora do seu aproveitamento escolar, do esforço e trabalho já realizado por ele, com permissão da diretoria da escola está frequentando as aulas enquanto aguarda a decisão da autoridade competente sobre o caso em apreço.

Evidentemente, deve ter havido algum erro ou engano, tanto na admissão ao primário, como na inscrição para o exame de admissão, mas a responsabilidade não é do interessado. Além disso, o essencial visado pelo dispositivo legal foi cumprido: o interessado, apesar de menos idade, mostrou-se capaz, tendo sido aprovado nos exames finais do primário e no exame de admissão.

Ainda não implantada no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, entretanto já está em vigência a Reforma do Ensino Primário e Médio, a Lei federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que, salvo melhor juízo, coloca a situação do interessado em condições diferentes favoráveis à sua pretensão.

Nestes termos, e considerando que a lei foi feita para o homem e não o homem para a lei sou de opinião que se deve atender à solicitação do senhor Benevenuto Lourenço Gil, ratificando a matrícula do seu filho João Inácio das Neves Gil, no Ginásio Industrial Estadual Professor Basilides Godoy.

Sala das sessões da Câmara de Ensino do Primeiro Grau, em 13 de setembro de 1971

aa) Conselheiro Jair de Moraes Neves - Presidente
Conselheiro José Borges dos Santos júnior - Relator
Conselheiro Henrique Gamba
Conselheiro José Conceição Paixão, Monsenhor
Conselheiro Olavo Baptista Pilho
Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza

O presente Parecer, proveniente da Câmara de Ensino do Primeiro Grau, que recebeu o n. 358/71, foi aprovado, por unanimidade, na 381ª sessão plenária, realizada em 20 de setembro de 1971, com declaração de voto do Conselheiro Alpínolo Lopes Casali, anexa.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO CONSELHEIRO ALPÍNOLO LOPES CASALI

Adoto a conclusão, com a ressalva de que o Conselho Estadual de Educação já examinou matéria idêntica ou semelhante nos seguintes Pareceres: 33/69-CREPM; 34/69-CREPM; 132/70-CEE; 177/70-CEE; 204/70-CEE; 219/70-CEE; 326/70-CEE; 61/71-CEE. Demais há a Portaria CEBN de 12.9.1971, publicada n. Diário Oficial de 2 de setembro de 1971, página n. 16.

Sala das sessões, em 20 de setembro de 1971

a) Conselheiro AlpínoLo Lopes Casali